



“O acordo não impede a recessão mas abre a perspectiva de algum tipo de ajuste”

Dionísio Carneiro



“O financiamento externo não virá da boa vontade dos credores”

Edmar Bacha

Primeiro, organizar as contas

O Brasil está cometendo novamente o mesmo erro de 83 e 85, alertou o professor Edmar Bacha da PUC. E o erro foi olhar a questão do financiamento externo simplesmente do ponto de vista do balanço de pagamentos, e não do ângulo das contas do governo. A tese defendida pelo professor Bacha, e para a qual obteve atenção dos outros participantes do debate, é de que é perigoso o Brasil entrar novamente na trilha que o leva a definir primeiro o que pagará de juros e o montante do refinanciamento, para depois organizar suas contas, cortando investimentos indispensáveis ao crescimento do país.

— É preciso começar a definir a equação financeira do governo, separando gastos correntes dos investimentos, sendo prioridade a política de austeridade voltada para o equilíbrio da conta corrente do governo.

A retomada de investimentos no país depende basicamente do bloco de investimentos do setor público que não será financiado internamente, explica o professor Bacha. Aí se coloca uma questão: “Uma vez reequilibrada a conta corrente do governo, haverá recursos externos para financiar os investimentos do governo?” O erro de 83 repetido agora tem sido basicamente o de deixar essa questão para uma segunda etapa.

“O financiamento externo virá, não por boa vontade dos credores, mas sim a partir de negociações concretas”, diz Bacha. Ele acha que o problema que se tem hoje é o país não conseguir definir um quadro suficientemente claro nas contas do setor público, no qual a contribuição externa esteja devidamente enquadrada dentro de

um quadro de austeridade, por um lado, e dos investimentos inadiáveis por outro.

Capacidade de pagar a conta de juros e de serviços com seu saldo comercial, Bacha acredita que certamente o país tem. “É claro que o país pode gerar um superávit anual de US\$ 12 bilhões”. A questão é que se repisar o caminho das negociações da Velha República, “o país vai gerar US\$ 12 bilhões de superávit e depois verificar como é que se ajustam as contas do setor público internamente, chegando à mesma conclusão: não ajusta nada. O resultado disto será o prolongamento do estado recessivo da economia, além da permanente pressão do governo sobre o mercado de capitais interno e sobre a expansão monetária”.

O caminho alternativo proposto por Edmar Bacha já foi sonhado pela Nova República. Depende em primeiro lugar de um governo que se comprometa com a austeridade no custeio e a visão de longo prazo nos investimentos públicos. “Nos deveríamos nortear o acordo com os credores a partir das necessidades de financiamento do setor público, mas aí entendido o déficit que resulta dos investimentos em infra-estrutura e na área social que o governo precisa fazer”. Na equação de Edmar Bacha, o último termo é o excedente comercial que sairá para os credores, como um resíduo. Para mudar a lógica da negociação externa — alerta Bacha — é necessário primeiro resolver o impasse interno da incapacidade do governo de se comprometer com uma política de austeridade.

O professor Mario Henrique Simonsen anuía que concorda com a tese, mas avisa que é necessário pensar-se não em equilíbrio da conta corrente, mas em superávit como na década de 70. “Precisamos de investimentos de 15% do PIB, US\$ 15 bilhões, e isto não virá apenas da poupança externa. Por não investir, o país tem um perigoso futuro. Simonsen prenuncia racionamento de energia nos próximos anos se houver estagnação e na década de 90 “com qualquer regime de chuvas”.